



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS

DEBORAH CRISTINA FERREIRA XAVIER

**A NOVA TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE
PEDOFILIA APÓS O ADVENTO DA LEI 11.829 /
2008**

BRASÍLIA, 2011.

DEBORAH CRISTINA FERREIRA XAVIER

**A NOVA TIPIIFICAÇÃO DO CRIME DE
PEDOFILIA APÓS O ADVENTO DA LEI 11.829 /
2008**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do UNICEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Orientadora: Eneida Orbage de Britto
Taquary

BRASÍLIA, 2011.

DEBORAH CRISTINA FERREIRA XAVIER

**A NOVA TIPIIFICAÇÃO DO CRIME DE
PEDOFILIA APÓS O ADVENTO DA LEI 11.829 /
2008**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do UNICEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Orientadora: Eneida Orbage de Britto
Taquary

BRASÍLIA, 2011.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Eneida Orbage de Britto Taquary

Examinador: Geoge Lopes Leite

Examinador: Georges Carlos Frederico Moreira Seigner

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida.

A minha mãe Inês, pelo exemplo de força, coragem e fé. Ao meu pai Raimundo, por todo o companheirismo.

A minha avó Ana Cristina e ao meu irmão Victor, pela paciência e compreensão.

A minha família, em especial, meus tios Vicente e José Geraldo por todo o apoio.

A minha amiga Fê, pelo ombro amigo, a palavra acolhedora e a mão estendida.

As amigas Flávia e Alana, por cada vitória festejada, cada expectativa alcançada e cada momento compartilhado.

A todos os meus amigos que sempre foram a fonte renovadora das minhas energias.

A professora Eneida, por toda dedicação.

Ser feliz é encontrar força no perdão, esperanças nas batalhas, segurança no palco do medo, amor nos desencontros. É agradecer a Deus a cada minuto pelo milagre da vida.

Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho trata das alterações decorrentes da Lei 11.829 de 2008 ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Inicialmente aborda a evolução doutrinária que percorre a doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral apontando seus princípios norteadores e finaliza analisando o conceito de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Em um segundo momento traz o entendimento doutrinário das alterações ocorridas para o crime de pedofilia previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstrando as alterações em cada tipo penal. E por terceiro discorre sobre as diferenças existentes entre o crime de estupro previsto no Código Penal e o crime de pedofilia previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras- chave: Lei 11.829/2008. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estupro. Código Penal. Pedofilia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DA DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	10
1.2 DOUTRINA SÓCIO-JURÍDICA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	15
1.2.1 Princípios orientadores da doutrina da proteção integral	18
1.2.1.1 Princípio da co-responsabilidade	19
1.2.1.2 Princípio do melhor interesse	21
1.2.1.3 Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento	21
1.2.1.4 Princípio da prioridade absoluta	22
1.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS	23
2 DO CRIME DE PEDOFILIA PREVISTO PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE APÓS AS MODIFICAÇÕES DA LEI N°. 11.829/2008	28
2.1 ARTIGO 240 DA LEI N° 11.829/2008	30
2.2 ARTIGO 241 DA LEI N° 11.829/2008	34
2.3 ANÁLISE DOS NOVOS DISPOSITIVOS	36
2.3.1 Artigo 241-A da Lei n° 11.829/2008	36
2.3.2 Artigo 241- B da Lei n° 11.829/2008	38
2.3.3 Artigo 241-C da Lei n° 11.829/2008	39
2.3.4 Artigo 241-D da Lei n° 11.829/2008	40
2.3.5 Artigo 241-E da Lei n° 11.829/2008	40
3 O CONFLITO DOS CRIMES DE ESTUPRO PREVISTO NO CÓDIGO PENAL E O CRIME DE PEDOFILIA NO PREVISTO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	44
3.1 DO ESTUPRO	47
3.2 FORMA DE ABORDAGEM DA PEDOFILIA PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	53
3.2.1 A pedofilia na internet	57
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar o estudo aprofundado da nova tipificação do crime de pedofilia, após o advento da Lei nº 11.829 aprovada mediante o Projeto de Lei 3.773 pelo Plenário da Câmara dos Deputados em onze de novembro de dois mil e oito de autoria da CPI da Pedofilia realizada no Senado.

Para tanto foi realizada ampla pesquisa doutrinária objetivando entender as mudanças da referida norma em nosso ordenamento jurídico.

O legislador ao implementar referida lei procurou ampliar o rol das condutas delitivas - atualizando a legislação-, almejando encontrar possíveis soluções para conflitos existentes, passando a tipificar condutas que antes estavam a margem da norma jurídica.

A pesquisa irá analisar a doutrina da situação irregular - respaldada pelo Código de Menores, de Mello de Mattos -. Em seguida, analisará a doutrina da proteção integral - solidificada no Estatuto da Criança e do Adolescente - bem como apresentar seus princípios orientadores.

Analisar-se-à ainda, o conceito de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, para que evidencie-se a mudança da percepção desses perante a sociedade, onde passam a não serem mais considerados objetos de direitos, e sim, sujeitos.

No segundo capítulo, faz-se uma análise do crime de pedofilia previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente após as modificações da Lei 11.829/2008, fazendo-se um paralelo das devidas mudanças. Analisa-se também os novos dispositivos, demonstrando as consequências de sua introdução em nosso ordenamento.

Infere-se que o estudo detalhado de cada tipo é de extrema relevância, uma vez que, antes da referida lei entrar em vigor ações que antes

não possuíam o devido respaldo legal, passam a obter a tipificação de forma clara e precisa de suas condutas.

O texto constitucional em seu artigo 227, *caput* especifica que deve ser resguardado as crianças e aos adolescentes uma proteção especial, em decorrência das características de vulnerabilidade que os envolvem.

Logo, toda vez que algum dos dispositivos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente for infringido, ocasionará grande degradação ao princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, comprometendo de tal forma o crescimento sadio desse grupo.

Por fim, no terceiro capítulo, será analisando as mudanças ocasionadas após o advento da Lei 12.0125 de sete de agosto de 2009, que modificou o Título VI do Código Penal. Em seguida, será tratado o crime de pedofilia previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com esta pesquisa, observa-se a existência de um conflito aparente entre o crime de pedofilia e o crime de estupro. Isto porque muitos tratam condutas distintas com a mesma nomenclatura.

Após realizar análise de cada tipo, será apontado as diferenças existentes em nosso ordenamento jurídico entre as duas condutas. Ao final, será apresentado qual seria a possível solução para sanar esse tipo de conflito.

1 DA DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O direito da criança e do adolescente foi regido por duas teorias. A primeira denominada de teoria da situação irregular tinha respaldo o Código de Menores, de Mello de Mattos. Já a segunda teoria, foi denominada doutrina sócio-jurídica da proteção integral, que se encontra solidificada na Lei nº 8.069 de 1990, atual Estatuto da Criança e do Adolescente (TOCCI, 2001).

Os hábitos e os costumes aceitos pela sociedade brasileira fundamentaram o Direito do Menor. A qual legislava sobre aqueles que não se enquadravam dentro de um protótipo familiar (SILVA, 2000).

O Código de Menores vigorou no cenário jurídico por quase um século. Percebe-se que Mello Mattos ao redigi-lo em 1927 promoveu restrição do alcance do direito do menor, uma vez que, somente teriam acesso aqueles que se enquadram nas situações estabelecidas pelo artigo 2º do código.

A doutrina da situação irregular, que ocupou o cenário jurídico infanto-juvenil por quase um século, era restrita. Limitava-se a tratar daqueles que se enquadravam no modelo pré-definido de situação irregular, estabelecido no artigo 2º do Código de Menores (AMIN, 2009, p.13).

Evidencia-se o fato do referido código não ser destinado a todas as crianças. A situação irregular correspondia a um estado de patologia social, logo esse instituto se destinava somente àqueles que se encaixassem dentro das hipóteses previstas (TOCCI, 2011).

A definição da situação irregular funcionava como verdadeiro diagnóstico, ao indicar a patologia do menor, indicará o tratamento adequado, isto, é, uma medida adequada a cura do menor (TOCCI, 2001, p. 12).

De fato, o Código de Menores de 1979, em seu artigo 2º cataloga as seis situações que compreendiam crianças e adolescentes em situação irregular, a saber:

Art.2º. Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

- I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II- vítimas de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III- em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambientes ou contrárias aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V- com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI- autor de infração penal (BRASIL. Lei 6.697/1979 de 10.10.1979).

O campo de atuação do juiz de menores era restrito basicamente ao binômio carência/delinquência. As demais questões que envolvessem litígios entre crianças e adolescentes e que não se encontravam no referido artigo deveriam ser tratadas na vara de família e essas seriam regidas pelo Código Civil.

O Juiz de Menores centralizava as funções jurisdicionais e administrativa, muitas vezes dando forma e estruturando a rede de atendimento. Enquanto era certa a competência da Vara de Menores, pairavam indefinições sobre os limites da atuação do Juiz (AMIN, 2009, p. 13).

O artigo 2º do Código de Menores de Mello Mattos, só permitia o atendimento daquelas crianças e adolescentes abandonados, vítimas de abusos ou maus tratos e supostos infratores da lei penal acabava por excluir

aqueles que não apresentassem comportamento compatível com os elencados nesse artigo.

Logo, quando o menor não pudesse ser enquadrado em um dos seis casos descritos anteriormente, esse não estaria em situação irregular, por consequência, o seu problema não seria de competência do Juiz de Menores (AMIN, 2009).

Tendo em vista a descrição supracitada das situações que abordam crianças e adolescentes em situação irregular, verifica-se imprescindível a análise isolada de cada situação.

A primeira situação abordada cuida daqueles que sofriam privações de fatores determinantes a sua subsistência. A vedação a elementos que asseguram a saúde e instrução obrigatória das crianças e dos adolescentes por partes dos pais ou daqueles que lhes eram responsáveis poderia acontecer se esses faltassem com tal dever, seja por meio de uma ação ou omissão ou ainda quando manifestarem não possuírem possibilidades de prover mecanismos senadores de tais carências (TOCCI, 2001).

Já a segunda hipótese, fundamenta-se na presunção de que compete aos responsáveis pelos menores de idade a garantia de um desenvolvimento saudável, bem como a promoção da educação desses. Reafirma que os responsáveis ou pais devem zelar pela garantia de um desenvolvimento saudável aos seus protegidos (CAVALLIERI, 1993).

Quando a criança ou adolescente fossem vítimas de maus tratos por decorrência de ação de terceira pessoa, não haveria proteção do direito do menor (TOCCI, 2001).

O Código de Menores de 1927 considera abandono o menor que sofresse maus tratos habituais ou castigo imoderado de seus pais. O Código Civil, em vigor, dispõe competir aos pais dirigir a criação e educação dos filhos e exigir que lhes prestem obediência e respeito. O Código Penal pune os pais que

abusam de meios de correção ou disciplina com relação aos filhos (CAVALLIERI, 1993, P.81).

Aqueles pais ou responsáveis que aplicassem castigos imoderados ou que realizassem atos de maus tratos, teriam que arcar com as possíveis consequências. Essas poderiam ser uma simples advertência; obrigação de submeter o menor a um tratamento; perda ou suspensão do pátrio poder; destruição da tutela ou a perda da guarda, ou o pagamento de multa (TOCCI, 2001).

Percebe-se que existem duas situações que colocam o menor em perigo moral. A primeira se refere ao fato da criança ou adolescente encontrar-se em ambiente contrário aos bons costumes. Já a segunda hipótese destina-se àqueles casos em que o menor for usado por terceira pessoa em qualquer tipo de atividade que comprometa o desenvolvimento de seu aspecto moral, podendo essa atividade ser remunerada ou não (TOCCI, 2001).

A quarta hipótese do artigo 2º do Código de Menores configura como situação irregular o fato do menor estar sem representação ou assistência legal, pela falta, mesmo que de forma eventual, dos pais ou do responsável.

Quanto ao quinto requisito - o desvio de conduta -, entende que é preciso realizar uma distinção entre desvio de conduta propriamente dito e um desvio de conduta que esteja descrito como uma infração penal (TOCCI, 2001).

Uma vez que, deve ser ressaltado que existem os atos anti-sociais típicos, ou seja, aqueles que ofendem a moral e os bons costumes, porém não podem ser considerados como infração penal.

O último inciso abordado refere-se à situação irregular do menor que fosse autor de infração penal, seja um crime ou contravenção. Quando esse cometesse algum crime, poderia ser imputado às penas de reclusão, detenção ou multa.

Apesar das diversas medidas de assistência e proteção previstas pela lei para regularizar a situação dos menores, a prática era uma atuação segregatória na qual, normalmente, estes eram levados para internatos ou, no caso de infratores, institutos de detenção mantidos pela FEBEM. Inexistia preocupação em manter vínculos familiares, até porque a família ou a falta dela era considerada a causa de situação irregular (AMIN, 2009, p. 13).

Em resumo, a situação irregular era uma doutrina não universal, restrita a um público infanto-juvenil (AMIN, 2009).

Os menores considerados em situação irregular passam a ser identificados por um rosto muito estigmatizados: são filhos das famílias empobrecidas, geralmente negros ou pardos, vindos do interior e das periferias (CUNHA, 2002).

Não era uma doutrina garantista, até porque não enunciava direitos, mas apenas pré-definia uma atuação de resultados. Agia-se apenas na consequência e não na causa do problema, “apagando os incêndios”. Era um Direito do Menor, ou seja, que agia sobre ele, como objeto de proteção e não como sujeito de direitos. Daí a grande dificuldade de, por exemplo, exigir do poder público construção de escolas, atendimento pré-natal, transporte escolar, direitos fundamentais que, por não encontrarem previsão no código menorista, não eram passíveis de execução (AMIN, 2009, p.14).

Assim, com o advento da nova Constituição Federal em 1988, que erigiu a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos mais importantes da República Federativa do Brasil os legisladores brasileiros, inspirados pelos princípios da Nova Carta, optaram por um sistema em que se respeita a dignidade do menor _ doutrina sócio-jurídica da proteção integral_ e, por isso, vai ao encontro da Nova Ordem Constitucional. É o que se observa na Lei nº 8.069 de 1990 e será analisada a seguir.

1.2 DOCTRINA SÓCIO-JURÍDICA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Sabe-se que a Lei nº8.069 de 1990 promoveu a concretização da doutrina sócio-jurídica da proteção integral, desvinculando de forma definitiva a antiga doutrina da situação irregular.

A consolidação da nova doutrina teve como pilar documentos internacionais de proteção à criança.

A Declaração dos Direitos da Criança de Genebra, em 1924, promovida pela Liga das Nações foi o primeiro documento internacional que tratou do reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes (AMIN, 2009).

Somente em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, foi reconhecido que esses eram sujeitos de direitos e detentores de proteção e cuidados especiais (Dantas, 2004).

Tal documento abordou de forma precisa cinco princípios: proteção especial para o desenvolvimento físico, mental moral e espiritual; educação gratuita e compulsória; prioridade em proteção e socorro e proteção contra negligência, crueldade e exploração; proteção contra atos de discriminação.

A Doutrina da Proteção Integral surgiu da necessidade de uma proteção especial, enunciada na Declaração de Genebra em 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1959 (DANTAS, 2004, p.119).

Em 1979, a ONU montou um grupo de trabalho objetivando a confecção do texto para a Convenção dos Direitos da Criança (DANTAS, 2004).

Pela primeira vez, foi adotada a doutrina da proteção integral fundada em três pilares: 1º) reconhecimento da peculiar condição da criança e jovem como pessoa em desenvolvimento, titular de proteção especial; 2º) crianças e jovens têm direitos à convivência familiar; 3º) as Nações subscritoras obrigam-se a assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade (AMIN, 2009, p.12).

Em 1990, foi realizado o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, visando a promover a efetividade da Convenção dos Direitos das Crianças. Nesse encontro os representantes do Brasil e de mais 79 países assinaram a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança (AMIN, 2009).

Nesse encontro foi lançado o Plano de Ação para a década de 90, afirmando o compromisso de promover de forma rápida os acordos obtidos na Convenção. Além disso, os países participantes ainda se comprometeram em promover a melhoria da saúde, o combate a desnutrição e o analfabetismo (AMIN, 2009).

Foi introduzido no texto constitucional os princípios básicos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Sabe-se que a referida Convenção foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990 (AMIN, 2009).

A partir da ratificação, foi feito o compromisso de construir uma ordem legal interna, voltada para assegurar o pleno desenvolvimento de todos os potenciais da criança, dentro de uma orientação que busque formar um ser humano mais apto a construir e participar de uma sociedade internacional mais justa e igual (MENDEZ, 1994).

A doutrina que foi consolidada pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança tem por objetivo consubstanciar o pleno e integral desenvolvimento de todos os potenciais das crianças, dentro de uma orientação voltada à realização do seu interesse maior, de maneira a possibilitar o surgimento de um ser humano mais apto a construir e participar da sociedade (MORAES, 2007, p.16).

A doutrina da proteção integral visa proporcionar uma atenção diferenciada à criança, rompendo com a igualdade puramente formal e estabelecendo um sistema normativo direcionado à igualdade material, por meio de um tratamento desigual, assegurando que as crianças tenham suas necessidades básicas satisfeitas, inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento (MENDEZ, 1994).

Ressalta-se que a doutrina da proteção integral estabelecida pelo artigo 227 da Constituição Federal veio com a finalidade de substituir a doutrina da situação irregular, oficializada pelo Código de Menores de 1979, implícita no Código Mello Matos de 1927 (AMIN, 2009). O referido artigo da Carta Magna brasileira é à base da Doutrina da Proteção Integral, *in verbis*:

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esse artigo trouxe uma mudança significativa da legislação brasileira, de forma precisa no âmbito da infância e da adolescência. E foi com a finalidade de regulamentar tal disposição que em 1990, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (PAIVA, 2007).

Com o advento do referido Estatuto, o Brasil começou a notar de forma diferenciada a presença da criança e do adolescente na sociedade e que, com o passar do tempo, tal posicionamento está sendo assimilado, ainda que lentamente, pela comunidade e pelo Estado (ISHIDA, 2003).

O Estatuto da Criança e do Adolescente se assenta no princípio de que todas as crianças e adolescentes, sem distinção, desfrutam dos mesmos direitos e sujeitam-se a obrigações compatíveis com a peculiar condição de desenvolvimento que desfrutam, rompendo definitivamente com a idéia até então vigente de que os Juizados de Menores seriam uma justiça para os pobres, na medida em que na doutrina da situação irregular se constatava que para os bem-

nascidos, a legislação baseada naquele primado lhes era absolutamente indiferente (SARAIVA, 2003, P.61).

O artigo 4º, *caput* do Estatuto da Criança e do Adolescente reproduz e aprofunda o dispositivo do artigo 227 da Constituição Federal, que amparam de forma clara e evidente os direitos fundamentais da criança e do adolescente, assegurando os direitos à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à convivência familiar, comunitária e social, à integridade física e psíquica, dentre outros (MENDEZ, 1994).

Com a doutrina da proteção integral a melhoria nas condições de vida da infância substituiu as míopes e conjunturais políticas de controle sócia como indicador correto de êxito ou fracasso. A convivência, e não o controle, constituiu a idéia básica para se garantir a paz social e a preservação dos direitos do conjunto da sociedade (MENDEZ, 1994, p.57).

A consagração de tal doutrina inaugura uma fase garantista no direito da criança e do adolescente. Pois esses passam a ser considerados como sujeitos de direitos e a eles passam a recair uma proteção maior aos seus direitos fundamentais por parte da sociedade, da família e do Estado (MORAES, 2007).

1.2.1 Princípios orientadores da doutrina da proteção integral

A Doutrina da Proteção Integral recebeu essa denominação por envolver um universo das relações inter-pessoais, das quais a criança e o adolescente estão inseridos e, também por abranger uma proteção a todos os aspectos da condição de ser humano, seja físico, moral, ético ou religioso (MORAES, 2007).

Entende-se que essa doutrina tem como pilar alguns princípios, que são: a co-responsabilidade, a prioridade absoluta, a condição especial da pessoa em desenvolvimento e o melhor interesse (MORAES, 2007).

1.2.1.1 Princípio da co-responsabilidade

Esse princípio afirma que é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado promover a garantia às crianças e adolescentes dos direitos fundamentais mencionados no artigo 227 da Constituição Federal e posteriormente aprofundado no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os direitos fundamentais da criança e adolescentes geram “obrigações eminentemente comissivas aos obrigados, quais sejam, os adultos, representados no trinômio Família- Sociedade- Estado, [...] a eles impondo o dever de asseguramento prioritário de todos os direitos fundamentais” desses cidadãos especiais (NERY, 2008).

O doutrinador Munir Silva Cury realiza uma abordagem constitucional sobre o artigo 226 da Constituição Federal, vejamos:

O artigo 226 da Constituição Federal descreve ser a família a base da sociedade tendo esta especial proteção do Estado, considerando a família como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Assim, é a família quem em primeiro lugar deve amparar criança e o adolescente, dando-lhes afeto e cuidado, acompanhando e orientando o seu desenvolvimento e atendendo as suas necessidades, uma vez que é nesse ambiente o seu primeiro contato com o mundo e ninguém melhor para identificar suas deficiências como aqueles com os quais se tem mais intimidade e de onde se pressupõe, dispense toda a proteção necessária (CURY, 2000, p. 21-29).

Cabe a família o dever moral de zelar pelo bem estar das crianças e dos jovens, provendo a educação e concedendo-lhes a base necessária para o seu desenvolvimento, tendo em vista que será esse o ambiente mais propício para a exposição de suas necessidades, observando o laço afetivo que os envolve (MACIEL, 2006). Conclui-se que é no ambiente familiar que acontece o primeiro contato da criança em sua vida social (MORAES, 2007).

Ademais, a família é juridicamente responsável pelas crianças e adolescentes, tanto no ambiente doméstico, quanto no seu relacionamento com a comunidade e a sociedade, não podendo omitir-se em relação à esta obrigação, vez que tal omissão poderá ensejar prejuízos relevantes à crianças e ao adolescente, inclusive no que tange ao exercício dos direitos fundamentais ao lazer, à cultura e à informação (MORAES, 2007, P. 18).

Como co-responsáveis, também está toda a sociedade. Essa que deverá realizar a verificação de todos os direitos garantidos às crianças e adolescentes e constatar se eles estão sendo assegurados da maneira devida. Porquanto, quando são infringidos tais direitos, toda a coletividade resta prejudicada (CURY, 2000).

Quanto à comunidade, observa-se que se distingue pela maior aproximação de seus membros com características semelhantes no que diz respeito a valores e costumes, sendo possível a qualquer grupo comunitário identificar se crianças e adolescentes estão sendo respeitados em seus direitos ou se estão sendo violados, o que prejudicaria a toda a população infanto-juvenil bem como à comunidade (CURY, 2000, P. 23).

Nesse sentido, Andréa Rodrigues Amin (2009, p.21):

A sociedade em geral, que tanto cobra comportamentos previamente estabelecidos pela elite como adequados, que tanto exige de todos nós- bons modos, educação, cultura, sucesso financeiro, acúmulo de riqueza -, mas nem sempre põe à disposição os meios necessários para atender suas expectativas, agora também é vista como responsável pela garantia dos direitos fundamentais, indispensáveis para que esse modelo de cidadão previamente estabelecidos se torne real.

No que se refere à responsabilidade do Estado, é seu dever promover políticas públicas direcionadas a suprir as necessidades das crianças e adolescentes e deverá mediante todas as suas esferas, seja municipal, estadual ou federal realizar essa atividade visando à formulação e o controle de políticas públicas que atendam as necessidades das crianças e dos adolescentes (AMIN, 2009).

1.2.1.2 Princípio do melhor interesse

O princípio do melhor interesse tem origem anglo-saxônica. No início do século XVIII, a maior preocupação era em diferenciar os direitos garantidores da proteção infantil dos direitos protetivos dos loucos. Em 1836, o sistema jurídico inglês adota de forma oficial o princípio do melhor interesse e, posteriormente em 1959 os Estados Unidos inserem em seu ordenamento o princípio do *best interest* (MACIEL, 2006).

No Brasil, o princípio do melhor interesse da criança deu origem à doutrina da proteção integral, sendo que os artigos 5º e 6º da Lei nº 8.069/80 são os que melhor expressam esse princípio. O artigo 6º destaca os fins sociais, reafirmando as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente, como pessoa em desenvolvimento. Desse modo, trata-se de princípio orientador, tanto para o legislador quando para o aplicador do Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando a primazia das necessidades da criança e do adolescente como critério de interpretação da lei, deslinde de conflitos ou mesmo para a elaboração de futuras regras (MACIEL, 2006, p.30).

Entende-se que o principal objetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente é o de garantir a aplicação do princípio do melhor interesse às crianças e adolescentes. Mesmo antes da Constituição Federal de 1988 entrar em vigor, já se encontravam jurisprudências sobre o referido princípio, mas vale ressaltar que o mesmo só foi agregado de forma definitiva em nosso ordenamento jurídico com a estipulação expressa no texto constitucional do sistema jurídico em vigor (O' DONNELL, 1999).

1.2.1.3 Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento

O princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento afirma que crianças e adolescentes são detentoras dos direitos garantidos aos adultos e que esses sejam aplicáveis à sua idade (MACHADO, 2006).

Deve ser reconhecido que as crianças e adolescentes são possuidoras de direitos especiais, pois se tratam de pessoas em desenvolvimento e devido a esse fato se tornam incapazes de prover por si mesmos suas necessidades básicas (MORAES, 2007).

[...] a possibilidade de desenvolver as potencialidades do ser humano adulto é pré-requisito da própria conceituação jurídica de personalidade, e que esta noção está no cerne da noção jurídica de respeito à peculiar condição de pessoa humana em desenvolvimento (MACHADO, 2006, p.117).

A Lei nº 8.069 de 1990 promoveu uma grande revolução no direito infanto-juvenil, isso muito se deve à doutrina da proteção integral, uma vez que essa ocasionou uma mudança significativa na forma de perceber os direitos das crianças e adolescentes (MACHADO, 2006).

Essa nova visão se baseia no fato que as crianças e aos adolescentes deverá ser aplicado direitos próprios e especiais, pois se encontram na condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, logo almejam proteção diferenciada, especializada e integral (LIBERATI, 2003).

1.2.1.4 Princípio da prioridade absoluta

O princípio da prioridade absoluta encontra suas diretrizes nos artigos 227 da Constituição Federal e 4º do Estatuto da criança e do adolescente. Ambos os artigos afirmam que os direitos a esse grupo devem ser garantidos com a mais absoluta prioridade.

Por não terem, as crianças e adolescentes, o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, característica inerente à condição de seres humanos ainda em processo de formação sob todos os aspectos “físicos (nas suas facetas constitutivas, motora, endócrina, da própria saúde, como situação dinâmica), psíquico, intelectual (cognitivo) moral, social”, dentre outros, devem ser protegidos até atingirem seu desenvolvimento pleno. Assim, o legislador constitucional entendeu por bem em proteger-lhes mais do que aos maiores de dezoito anos, garantindo absoluta prioridade de seus direitos fundamentais, para que possam se desenvolver e atingir a plenitude do potencial que pode ser alcançado pelos seres humanos, garantindo-se inclusive, o Princípio da Igualdade, ao oferta-lhes

direitos e prioridades para efetivação de direitos fundamentais de forma a equilibrar suas peculiaridades com desenvolvimento dos maiores de dezoito anos (MACHADO, 2006 p. 9-49).

O princípio ora tratado preconiza diretrizes em favor das crianças e adolescentes perante todas as esferas de suas vidas, seja no campo judicial, extrajudicial, familiar, administrativo, ou social. Não aceita perguntas ou qualquer tipo de limite quanto ao interesse a tutelar em primeiro lugar, uma vez que tal escolha já foi feita por meio do legislador constituinte (AMIN, 2006).

[...] a última alínea do parágrafo único do artigo 4º determina a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, transformando crianças e adolescentes em credores do governo. [...] Assim, na elaboração do projeto de lei, orçamentária deverá ser destinado, dentre dos recursos disponíveis, prioridade dos interesses infanto-juvenis, cabendo ao Ministério Público e demais agentes responsáveis em assegurar o respeito à doutrina da proteção integral fiscalizar o cumprimento da lei e contribuir na sua elaboração (AMIN, 2009, p.25).

Evidencia-se claramente a característica preventiva dessa doutrina, uma vez que, busca concretizar planos de políticas públicas direcionadas não só as crianças e aos adolescentes, mas as suas famílias, pois sem essas o texto legislativo não passaria e mera letra morta, não alcançando efetividade social (AMIN, 2009).

1.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS

O menor era visto como objeto de direito, e não, como sujeito de direitos e obrigações. Pesquisas documentais mostram que a literatura, a legislação, mandamentos religiosos e até mesmo diários de diferentes épocas desconsideravam as crianças como ser independente, a ela era dado o título de propriedade dos pais, ou da família ou clã ao qual pertencia (RANGEL, 2001).

[...] é nova a concepção de criança como pessoa em desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser oponíveis, inclusive, aos de seus pais. Essa concepção, que lentamente vem se estranhando nas brechas de arraigados hábitos, tenta desmontar o antigo conceito de pátrio-poder – que dá aos pais o poder de decisão sobre a vida dos filhos – transformando-os em algo mais próximo do “pátrio dever”, termo que reflete um novo enfoque da relação pai-filho, onde é dada maior ênfase aos interesses da criança e ao seu bem-estar, e não aos interesses e poderes dos pais (RANGEL, 2001, p. 23).

A Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança teve como principal objetivo implantar a ideia de não-exclusão dos direitos inerentes às crianças e adolescentes. Esse fato promoveu avanço significativo no reconhecimento dos direitos humanos e garantiu novos instrumentos de proteção aos menores de dezoito anos na esfera mundial (AZAMBUJA, 2004).

A Convenção de 1989 definiu como criança toda aquela pessoa que possui até dezoito anos incompletos. A distinção entre adolescentes e crianças só veio ocorrer no Brasil em 1988, por meio do artigo 227 da Constituição Federal.

Entre 1988 e 1990 o Brasil foi marcado por um novo período nos direitos infanto-juvenis. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente realizaram mudanças consideráveis quanto à política de atendimento aos menores de dezoito anos. Garantiu-se uma maior efetivação no atendimento de suas necessidades por meio de instrumentos apropriados a realidade desse grupo (PAULA, 2002).

Esses dois mecanismos passaram a considerar crianças e adolescentes sujeitos de direitos, preservando a sua condição de pessoa em desenvolvimento, e consagrou a família, a sociedade e o Estado como os responsáveis solidários na concretização de suas garantias.

Os mecanismos de proteção, em vigor a partir de 1990, têm possibilitado o ajuizamento de ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referente ao não-oferecimento ou à oferta irregular do ensino obrigatório, do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, do atendimento em creche e pré-

escola e serviços de saúde; de escolarização e de profissionalização aos adolescentes privados de liberdade (AZAMBUJA, 2004, p. 54).

Em busca de um desenvolvimento completo, saudável e pleno das mais variáveis esfera do crescimento, - seja ele físico, moral, mental, espiritual ou social -, todas as crianças e adolescentes devem ter garantidos os devidos programas sociais e assistenciais. Isso porquanto, o princípio da proteção integral visa assegurar o desenvolvimento saudável a esse grupo (PAULA, 2002).

Razoável, por conseguinte, afirma-se que a doutrina da proteção integral, de maior abrangência, não só ratificou o princípio do melhor interesse da criança como critério hermenêutico, como também lhe conferiu natureza constitucional, como cláusula genérica e, parte se traduz através dos direitos fundamentais da criança e do adolescente expresso no texto constitucional (BARBOSA, 2009, p. 112).

Toda a revolução causada em nosso ordenamento jurídico desde 1988 significa o aprendizado de atos praticados no passado e reafirmam a força propulsora de um novo tempo relacionado aos direitos infanto-juvenis (AZAMBUJA, 2004).

O não reconhecimento das crianças como sujeito de direito durante muito tempo proporcionou que o nosso ordenamento jurídico estivesse sempre voltado para satisfazer as necessidades e realizar os interesses dos adultos, como afirma Maria Reggina Fay de Azambuja (2004, P.56):

[...] valendo lembrar que “o Direito tem servido, preponderantemente, muito mais para sonegar direitos do cidadão do que para salvaguardar o cidadão. Em outras palavras, “se as inclusões e exclusões de indivíduos, grupos, classes, etnias e categorias de trabalhadores foram em grande medida reflexo das condições históricas de cada período, também foram resultados de estratégias e escolhas e, em quaisquer dos casos, provocaram efeitos específicos na vida desses personagens e na sociedade brasileira em geral.

Ao longo dos anos, crianças e adolescentes passaram da condição de *res a* sujeito de direitos. Isso desencadeou a migração de seus interesses, da a esfera privada para a esfera pública (BARBOSA, 2009).

Velhas práticas foram, paulatinamente, sendo substituídas. Na atualidade, ao invés de sacrificar as crianças que nascem com alguma deficiência, como já se fez em outros tempos, a legislação brasileira oferece meios de se exigir do Estado a garantia de atendimento especializado, visando à reabilitação e à inclusão social. A falta ou a escassez de recurso materiais não mais se constituem em motivo para o encaminhamento de crianças à roda dos expostos, ou mesmo para destituição do poder familiar dos pais, devendo a família, doravante à luz da legislação vigente, ser incluída em programas oficiais de auxílio, visando, sempre que possível, a manter a criança em sua família natural (AZAMBUJA, 2004, p.56).

Percebe-se que a concepção dos direitos infanto-juvenis vem sendo alterada com o decorrer dos séculos. Exemplo concreto é que, durante o século XXI na vigência do Código de Hamurábi, quando um filho batia em seu genitor, àquele era dado o castigo de ter a sua mão amputada (AZAMBUJA, 2004).

No Brasil, com a vigência da Constituição de 1988, fica decretado que nenhuma criança deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O artigo 5º da Carta Magna ainda ressalta que todo aquele que praticar qualquer tipo de atentado contra os direitos fundamentais das crianças ou adolescentes deverá ser punido na forma da lei.

Por fim, estabelece que a partir de 1988 crianças e adolescentes se tornam cada vez mais sujeitos de direitos humanos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 representa a vontade do povo brasileiro e assume importante papel de suporte teórico para consolidar ações que visem garantir direitos da sociedade. Atualmente, o desafio persiste em

concretizar a vontade do povo em práticas que afirmem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos (AZAMBUJA, 2004).

2 DO CRIME DE PEDOFILIA PREVISTO PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE APÓS AS MODIFICAÇÕES DA LEI N°. 11.829/2008

Sabe-se que a lei nº 11.829 de 2008, resultado do Projeto lei nº 3.773/2008, promoveu a alteração dos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliando de tal maneira os contornos da figura típica desses artigos, fazendo com que subsequentemente ganhassem uma nova redação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente busca resguardar os direitos da dignidade, integridade física, psíquica e moral, bem como a honra objetiva e a liberdade sexual da criança e do adolescente. Entende-se que a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação mencionada no artigo 5º, IX da Constituição Federal não se refere a um direito fundamental absoluto, sendo que esse sempre encontrará restrições quando transgredir outro de mesma dimensão constitucional (CONDACK, 2010).

Antes da lei nº 11.829 de 2008 entrar em vigor, só se punia aquele que produzisse, dirigisse ou contracenasse com crianças ou adolescentes em cena de sexo explícito ou pornografia. Na prática, com o advento da nova lei, passa a ser sujeito ativo todo aquele que: produzir, reproduzir, dirigir, coagir, intermediar, ou contracenar cena de sexo explícito ou pornografia com crianças e adolescentes.

Ou seja, ações que antes não possuíam o devido respaldo legal, agora, passam a ter as suas condutas especificadas de forma clara. Promove-se, assim, uma maior segurança jurídica em nosso ordenamento.

A autora Cláudia Canto Condack apresenta a definição de cena pornográfica, veja:

Por cena pornográfica entende-se aquela que tenha cunho libidinoso, voltada à satisfação da lascívia, ainda que não diga

respeito propriamente à conjunção carnal, anal ou oral, que caracterizam a cena de sexo explícito propriamente dito (CONDACK, 2010, p.920).

Com a nova disposição, finalizou-se interpretação de que somente seria punido aquela pessoa que realizasse a produção, direção ou que contracenasse em cena de sexo explícito ou pornográfica com menores de dezoito (CONDACK, 2010).

A redação anterior do tipo penal exigia que o menor fosse envolvido em representação de cunho teatral, televisivo, cinematográfico ou visual, exigência suprida pela nova redação, bastando que a cena seja 'por qualquer' meio realizada, encerrando assim a cláusula de interpretação extensiva, permitindo ao intérprete a incriminação de quaisquer condutas que envolvam criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica (CONDACK, 2010, p.920).

Toda vez que for infringido algum dispositivo previsto na Lei nº 11.829 de 2008 viola-se também os valores intrínsecos da sociedade. Conclui-se que essa violação ocasiona grande degradação ao princípio da condição de pessoa em desenvolvimento, uma vez que, com a ocorrência de tais atos, o crescimento sadio desse grupo é seriamente comprometido.

Não pode ser negado o fato de que às crianças e aos adolescentes aplica-se uma proteção especial em decorrência da própria característica peculiar de vulnerabilidade que os envolvem como especifica o artigo 227, caput da Constituição Federal.

Assim, quando um direito relacionado a esse grupo social é violado, os valores coletivos mencionados no referido artigo também o são, proporcionando de tal forma uma grande deterioração dos princípios básicos da proteção a infância e adolescência.

2.1 ARTIGO 240 DA LEI Nº 11.829/2008

<p>Art. 240. Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória:</p> <p>Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. e multa (BRASIL, 2003).</p>	<p>Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.</p> <p>Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa (BRASIL, 2008).</p>
---	---

Fonte: Site do Planalto <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Quadro comparativo elaborado pela autora

Em sua nova disposição, o artigo 240 aumentou de o número ações, o que fez o delito ganhar contornos mais específicos. O artigo ora em análise sofreu também um aumento em sua pena do tipo fundamental, passando de 2 (dois) a 6 (seis) anos de reclusão e multa, para a pena de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão e multa.

O art. 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata da produção de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente. A nova redação resultante da Lei nº 11.829, de 2008, especificou melhor quais as condutas consistentes na referida atividade de produção, quais sejam, “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente” (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008, p. 204)

<p>§ 1º Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente (BRASIL, 2003).</p>	<p>§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar (BRASIL, 2008).</p>
--	--

Fonte: Site do Planalto <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Quadro comparativo elaborado pela autora

A redação anterior dispunha que só incorreriam na mesma pena que trata o *caput* desse artigo aqueles que contracenassem. Com a nova redação, o agente também passará a responder de forma equivalente se além contracenar vier a praticar algum dos verbos tipificados no referido parágrafo.

Entende-se que o tipo penal somente será aplicado quando o sujeito contracenar com crianças ou adolescentes. Aquele que mantiver relação direta por meio de sexo explícito ou pornografia deverá responder pelo tipo penal especificado no capítulo que trata dos crimes contra a dignidade sexual do Código Penal.

De outro turno, embora tipo penal em exame expressamente contemple a punição de quem contracene com a vítima, quer nos parecer que aquele que diretamente mantenha com a criança ou adolescente o contato sexual resultante de cena de sexo explícito ou pornográfico responderá pelos crimes contra a dignidade e liberdade sexual do Código Penal, cujo o título recebeu ampla reforma através da Lei 12.015/2009 (Condack, 2010, p. 922).

Ressalta-se que se for o adolescente induzido a presenciar o ato de libidinagem envolvendo maiores de idade, o crime estará tipificado no atual artigo 218-A do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 12.015 de

2009 – satisfação de lascívia mediante presença de criança ou de adolescente -.

<p>§ 2º A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos:</p> <p>I - se o agente comete o crime no exercício de cargo ou função;</p> <p>II - se o agente comete o crime com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial (BRASIL, 2003).</p>	<p>§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:</p> <p>I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la</p> <p>II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou</p> <p>III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento (BRASIL, 2008).</p>
--	--

Fonte: Site do Planalto <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Quadro comparativo elaborado pela autora

Quando o crime ocorrer no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la, prevalecendo-se o agente das relações de parentesco natural, civil ou por afinidade, ou ainda sendo o agente tutor, curador, preceptor, empregador ou que tenha sobre a vítima qualquer autoridade, aplicará a esses casos um aumento de pena em 1/3 (um terço).

O crime no seu tipo fundamental até poderá ensejar a eventual aplicação de penas restritivas de direito, caso o réu seja condenado no limite do mínimo de preceito secundário, tem aqui incidentes essas causas de aumento, encerrada qualquer

discussão acerca do cabimento ou não da substituição, que resta matematicamente insusceptível. (CANTO, 2010, p.921)

No inciso I, §2º do artigo em análise encontra-se a primeira hipótese para a majoração da pena, que se refere aos ocupantes de cargos ou função pública ou aqueles que falseiam exercê-la com a finalidade de cometer o delito.

Dada a exigência expressa do tipo penal é necessário que o cargo ou função pública alegado pelo autor do fato facilite a consumação do ato (CONDACK, 2010).

Já o inciso II do mesmo parágrafo especifica que o aumento de pena recaíra sob aqueles que se aproveitam de relações de proximidade com a vítima para praticarem o crime, ou seja, quando o agente do delito aproveitar-se das relações domésticas, da coabitação ou da hospitalidade que possui com a família da criança ou adolescente para conseguir consumir o ato.

Encontra-se nesse dispositivo a forma mais reprovável da conduta especificada no artigo 240 da lei 11.829/2008, uma vez que aqueles que possuem determinada relação de autoridade para com a vítima e que deveriam zelar pela sua segurança e pelo seu crescimento saudável se aproveitam de tal circunstância para realizarem o ato.

Todas as condutas tipificadas nesse artigo referem-se à produção de material pornográfico que envolva crianças e adolescentes, importante ressaltar que sem a presença do aluído material não existiria pedofilia na internet. Trata-se do primeiro e mais violento estágio da cadeia de pedofilia (CONDACK, 2010).

2.2 ARTIGO 241 DA LEI Nº 11.829/2008

<p>Art. 241. Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente:</p> <p>Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa (BRASIL, 2003).</p>	<p>Art. 241. Vender ou expor à venda de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa (BRASIL, 2008).</p>
---	--

Fonte: Site do Planalto <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Quadro comparativo elaborado pela autora

O tipo fundamental do artigo 241 provocou o estreitamento de algumas figuras previstas no dispositivo mencionado anteriormente. Tal artigo trata da comercialização do material já produzido:

A cadeia da pedofilia tem uma segunda etapa, que é a comercialização do material produzido. O art. 241 do ECA, com a nova redação proporcionada pela Lei nº 11.829, de 2008, ataca justamente a venda ou exposição à venda de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008, p. 205).

Há figuras no tipo fundamental no caput desse artigo, que em boa medida confundem-se. Há expressiva distinção entre produzir fotografias ou imagens com pornografia ou cena de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes e produzir representação televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual utilizando-se de crianças ou de adolescentes em cena pornográfica ou de sexo explícito (MACHADO, 2006).

Este artigo foi também alterado pela Lei 11.829/08, que, promovendo elogiável detalhamento das diversas condutas típicas relativas à pedofilia, a ele restringiu a criminalização de quem promova a comercialização de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, versando, não obstante, sobre a mesma objetividade jurídica do delito anterior. (CANTO, 2009, p. 923)

No mencionado artigo, entende-se que basta uma fotografia ou uma captação de uma imagem que tenha cena pornográfica ou de sexo explícito, ou seja, não é exigido que se tenha uma apresentação teatral para que haja a consumação.

É evidente o fato de que essa nova lei pretende ampliar a proteção aos bens jurídicos tutelados, criando dessa forma, tipos mistos alternativos, de maneira a alcançar ampla repreensão penal das condutas que guardam a mesma natureza lesiva. Logo, a prática pelo agente, de mais de uma modalidade típica não implica em concurso de crimes, ocorrendo a fungibilidade entre os dois núcleos típicos, a saber: vender ou expor (CONDACK, 2010).

O que não aconteceria se o tipo fosse misto cumulativo, quando a ocorrência de diversas condutas acarretaria em concurso de crimes, incidindo o agente nas penas do preceito secundário quantas vezes fossem as condutas delituosas praticadas.

O material exigido para a ocorrência do crime é a fotografia, vídeo ou outro registro de cena pornográfica ou de sexo explícito. Com a reforma proporcionada pela Lei 11.829/08, o tipo penal passou a manter uma definição mais ampla, absorvendo qualquer “registro” do ato.

[...] registro de cena pornográfica ou de sexo explícito, cuja diferença reside, como já dissemos, em que, na primeira, há um cunho libidinoso, voltado à satisfação da lascívia, ainda que não diga respeito propriamente à conjunção carnal, anal ou oral, que caracterizam a cena de sexo explícito

A respeito do meio de reprodução do material dispõe Canto:

O veículo pelo qual o agente expõe à venda a cena ou imagem pode ser, ante o silêncio da lei, qualquer veículo de comunicação (revistas, jornais, televisão, fotografias, cartazes ou impressos em geral), inclusive a rede mundial de computadores ou Internet, espancando assim a dúvida existente ao tempo originária deste dispositivo, que fala apenas em publicar cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente. Em verdade, com as alterações promovidas pela Lei 11.829/08, a mera posse ou difusão de material de pedofilia hoje encontram tipicidade autônoma, nos artigos 241-A e 241-B (CANTO, 2009, p.925).

Entende-se que a comercialização de material contendo pornografia infantil é algo bastante rentável, gerando uma grande margem de lucro àqueles que a realizam, motivo esse que, visando a repressão a dessa prática, puni-se todo aquele que realizar a reprodução do material com pena que variam de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

A comercialização do material pornográfico é o que torna a pedofilia uma atividade altamente lucrativa. O Estatuto da Criança e do Adolescente busca reprimir a comercialização com a mesma intensidade que pune aqueles que produzem material pedófilo, isto é, com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008).

2.3 ANÁLISE DOS NOVOS DISPOSITIVOS

O legislador ao inserir os artigos 241-A, 240-B, 240-C, 240-D e 240-E, capitulou como crimes algumas condutas relacionadas à pedofilia, as quais, até então, estavam à margem da lei, uma vez que não eram consideradas ilícitos penais.

2.3.1 Artigo 241-A da Lei nº 11.829/2008

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro

registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa (BRASIL, 2008).

Nesse tipo penal o legislador busca centrar a criminalização na conduta daqueles que divulgam o material pornográfico. Percebe-se que as penas são um pouco menores em relação aos crimes citados anteriormente. Entendeu o legislador que as condutas previstas nos artigos 240 e 241 precedem um mal maior para a coletividade, portanto, para os crimes tipificados nesses artigos, os limites mínimos e máximos da pena são maiores (CONDACK, 2010).

O art. 241-A criminaliza a simples divulgação do material pedófilo. Não há, aqui, ânimo de comércio, mas simplesmente o interesse em disseminar fotos e vídeos envolvendo crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográficas. Referido dispositivo – cuja pena é de 3 a 6 anos de reclusão, e multa (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008, p.205).

O artigo 241-A, § 1º, I do referido artigo criminaliza a conduta daquele que “assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens que contenham cena de sexo explícito ou pornografia de criança ou adolescentes” (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008, p. 205).

De forma igual, pune-se aquele que “assegura, por qualquer meio o acesso por rede de computadores” (SENADO FEDERAL, 2008, p. 205) aquelas fotografias, imagens ou cenas.

O legislador “inseriu dispositivo de caráter penal para proteger não apenas a dignidade sexual da criança e do adolescente, mas também a sua imagem” (TAQUARY, 2005, p.177).

O artigo ora tratado tipifica a conduta das práticas comerciais dos provedores de acesso à internet. A novidade relevante que a Lei nº 11.829 de 2008 traz é que as referidas condutas passam a ser puníveis toda vez que o

responsável pela prestação do serviço, depois de ter sido notificado oficialmente, não desabilita o acesso ao conteúdo ilícito que trata o *caput* deste artigo. Com a inserção da expressão oficialmente notificados no § 2º, pretendeu o legislador fazer com que as empresas não aleguem desconhecimento de que hospedavam tal tipo de material e por consequência transmitam a responsabilidade apenas a seus clientes, se isentando de qualquer tipo de culpa (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008).

2.3.2 Artigo 241- B da Lei nº 11.829/2008

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa (BRASIL, 2008).

Outra novidade significativa introduzida pelo referido diploma legal é a punição pela aquisição, posse ou guarda da material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, presente no artigo 241-B do Estatuto do Criança e do Adolescente. Quem mantiver consigo este tipo de material, poderá permanecer presa pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão mais multa.

[..] Com isso, fecha-se o ciclo. Assim, como dissemos, a lei penal brasileira reprime desde a produção passando pela venda e divulgação, até a aquisição e posse de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008, p. 206/ 207)

A Lei nº 11.829 de 2008 pretendeu realizar a tipificação de todas as condutas que envolvam material contendo cenas de sexo explícito ou pornografia com crianças e adolescentes, reprimindo a produção, venda, divulgação, aquisição e a posse de material pedófilo, adquirindo uma visão do conjunto de todas as etapas desse crime e passando a punir a mera posse do aluído material (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008).

Entretanto, com a finalidade se evitar excessos punitivos, o § 1º admite a possibilidade de diminuir a pena de 1 a 2/3 se a quantidade apreendida for pequena (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008).

2.3.3 Artigo 241-C da Lei nº 11.829/2008

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa (BRASIL, 2008).

Já o artigo ora citado tratou de criminalizar a simulação, adulteração, montagem e a modificação de fotografia, vídeo, ou qualquer outra forma de representação visual que envolva a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica.

Tem-se percebido que tais condutas é artifício empregado com o intuito de promover a banalização da violência sexual.

[...] a exemplo de histórias infantis em que práticas sexuais simuladas entre crianças e super-heróis são apresentadas com fisionomias revelando alegria, com o fim de mostrar às crianças que tais comportamentos seriam positivos. Em boa hora, portanto, a iniciativa criminalizante (CONDACK, 2010, p.930).

Mesmo que a simulação ou a montagem seja feita de forma precária e que facilmente perceba-se, será possível a penalização do responsável por essa, pois se entende que a finalidade desse artigo não é punir contrafação de determinado material, mas sim, garantir a integridade moral das crianças e dos adolescentes (CONDACK, 2010).

Em seu parágrafo único, dispõe que incorrerá na mesma pena aquele que “vender, expor a venda, disponibilizar, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, possuir ou armazenar” (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008) o material descrito nas condições que se refere o *caput*.

2.3.4 Artigo 241-D da Lei nº 11.829/2008

Finalizando, o artigo 241-D remete-se ao ato de aliciamento, assédio, instigação e constrangimento realizado por qualquer meio de comunicação contra criança para que essa pratique ato libidinoso.

O inciso I do referido artigo tratou de tipificar a conduta daquele que “facilitar ou induzir o acesso à criança de material que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica com a finalidade de com ela venha a praticar ato libidinoso” (BRASIL, 2008).

Já, o inciso II tipificou a conduta do agente que “praticar as condutas descritas no *caput* com a intenção de induzir a criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita” (BRASIL, 2008). Para ambos os casos a pena será a mesma aplicada no *caput* – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos e, multa - .

Gomes ressalta que:

A pornografia infantil virtual é responsável por problemas de dimensões múltiplas, justamente por ser a internet um veículo rápido, cômodo, barato e seguro para transportar e comercializar filmagens e fotos degradantes e sádicas envolvendo crianças em cena de sexo, circulando 24 horas na rede (GOMES, 2009, p. 186).

Por mais que seja tratado de forma genérica, tendo em vista que as ações nucleares do referido artigo se dão mediante qualquer meio de comunicação, entende-se aqui o legislador buscou com maior ênfase os crimes cometidos com o auxílio da internet.

2.3.5 Artigo 241-E da Lei nº 11.829/2008

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou

simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais (BRASIL, 2008).

Por fim, o artigo 241-E tratou de realizar a definição de cena de sexo explícito ou pornográfica.

O artigo em exame, mesmo inserido no capítulo dos crimes em espécies, não é norma incriminadora, sendo que apresenta caráter explicativo, visando esclarecer o conceito de cena de sexo explícito ou pornográfica (CONDACK, 2010).

O dispositivo além de esclarecer que o conceito de cena de sexo explícito é o envolvimento de criança ou adolescente em atividades sexuais propriamente ditas - conjunção carnal, oral e anal - e que por cena pornográfica, entende ser qualquer tipo de ação que implique a exibição de órgãos genitais para fins libidinosos. Ressalta que a tipificação da conduta pode se dar quando ocorrer cenas reais ou simuladas, sanando possível dúvida da atipicidade da conduta diante de tal situação (CONDACK, 2010).

É triste evidenciar que a violência cometida contra crianças e adolescentes só vêm aumentando. Esses que sofrem as mazelas dos maus-tratos, trabalho escravo, abandono e, também, pelas práticas de pedofilia (DO CARMO, 2006).

Sabe-se que as consequências desse tipo de abuso provocam sérios traumas às vítimas, uma vez que a integridade física e moral dessas é seriamente ofendida, acarretando comprometimento em seu desenvolvimento físico, afetivo e social.

[...] o menor violentado na sua sexualidade deixa de poder ser sujeito de próprio destino, da sua própria história sonhada, projetada ou construída. A história que lhe vão impor ultrapassa-o em velocidade e sustância, deixa de ser 'sua' para passar aquela que não ensinaram, para a qual não pediram sequer um assentimento seu para que fosse. (DO CARMO, 2006, p. 43).

Crianças e adolescentes vítimas desse ato ainda apresentam reações como:

- (i) deturpa as relações socioafetivas e culturais entre crianças/adolescentes ao transformá-los em relações genitalizadas, erotizadas, violentas, criminosas, comerciais;
- (ii) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sócias de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador etc., quando violentadores sexuais, o que implica a perda de legitimidade e de autoria do adulto e de seus papéis e funções sociais;
- (iii) inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras. (Faleiros, 2000)

Infelizmente, no Brasil, pais, padrastos, tios e professores das vítimas estão sendo condenados pela prática da pedofilia. É fato que esses acontecimentos não são caso esporádico e que também não se trata de uma realidade exclusiva do Brasil (CONDACK, 2010).

O debate que envolve a violência sexual está voltado cada vez para a punição, em vez da prevenção do agressor. É fato de que quem realiza esta prática severo tipo de punição, “[...] considerando que os indivíduos podem controlar os seus impulsos, evitando, assim graves danos ao desenvolvimento da pessoa pré-púbere[...]” (Vieira e Santos, p. 13, 2007).

Porém, é de extrema importância que este tipo de pessoa ganhe tratamento adequado, como o acompanhamento médico- psicológico, uma vez que não podem ser comparados com os delinquentes comuns, mas como alguém que apresenta sua sexualidade de maneira anômala (Vieira e Santos, 2007).

Hoje, milhares de crianças experimentam a violência de maneira regular e suas vidas são irremediavelmente alteradas. A infância é a

imagem que se usa para chamar a atenção e elevar no espírito o sentimento de zelar pela inocência.

A sociedade frequentemente clama para a proteção das crianças e dos adolescentes e o fortalecimento de seus direitos. Portanto, é preciso que a doutrina da proteção integral aclamada pelo constituinte e pelo legislador infra-constitucional seja aplicada de forma eficiente, afim de se obter a garantia dos direitos resguardados a esse grupo.

3 O CONFLITO DOS CRIMES DE ESTUPRO PREVISTO NO CÓDIGO PENAL E O CRIME DE PEDOFILIA NO PREVISTO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dos crimes contra os costumes essa era a denominação concedida do Título VI do código Penal de 1940. Entende-se que o legislador daquela época atribuía aos costumes o objeto central de tutela nos crimes sexuais.

A proteção a moralidade sexual e o pudor público nos crimes sexuais exerciam grande importância sob o ponto de vista do legislador, por conta disso, às vezes, acabavam sobrepondo outros bens jurídicos de extrema importância como a integridade física e psíquica e a liberdade sexual (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

É o que se verifica claramente, por exemplo, na previsão como causa extintiva da punibilidade o casamento da ofendida com o autor do crime sexual, por se considerar este causa de desonra para a vítima e a união em matrimônio uma forma de reparar o mal causado pelo delito, mediante restauração do conceito que usufruía ela no meio social. (Mirabete e Fabbrini, 2010, p. 383).

As Leis nº 11.106 de 28 de março de 2005 e 12.015 de 7 de agosto de 2009 promoveram alterações consideráveis no Título VI da Parte Especial do Código Penal. As referidas alterações vieram com o objetivo de promover a adaptação das normas penais às mudanças no modo de agir e pensar da sociedade, uma vez que a lei é, na verdade, reflexo do amadurecimento e comportamento da própria sociedade.

A descriminalização do adultério, a exclusão de referências à honestidade da mulher, bem como a retirada da tutela penal da virgindade são exemplos de tais mudanças em nosso ordenamento jurídico.

O termo *dos costumes* deixa de ser considerado objeto central da tutela. Certos anacronismos foram eliminados, esses que eram frutos de pensamentos preconceituosos e moralismos intrínsecos à época em que foi concebido o código Penal (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

Afinal os *costumes* representavam a visão vetusta dos hábitos medianos e até puritanos da moral vigente, sob o ângulo da generalidade das pessoas. Inexistia qualquer critério para o estabelecimento de parâmetros comuns e denominação abrangentes para nortear o foco dos *costumes* na sociedade brasileira (NUCCI, 2009, p. 11).

Com a nova denominação concedida ao Título VI, buscou-se conferir um tratamento isonômico entre homens e mulheres.

Aos menores de 18 anos e, principalmente, aos menores de 14 anos foi concedida tutela especial, uma vez que os efeitos de crimes sexuais cometidos contra esses provocam consequência inestimáveis. Geram-se distúrbios em suas personalidades, já que, ainda, encontram-se em fase de formação (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

O referido Capítulo passou a ser denominado “Dos crimes contra a dignidade sexual”, extinguindo a antiga nomeação “Dos crimes contra os costumes”. Essa nomenclatura, estava envolta de antiquados modelos de observação do comportamento da sexualidade na sociedade em geral (NUCCI, 2009).

Como foi apontado, já não havia pressupostos para sustentar a nomenclatura anterior. Nesse sentido, com o advento da nova denominação, promoveu-se o deslocamento do objeto central, passando a proteção da esfera da moralidade pública para a do indivíduo (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

A nova nomenclatura ao inserir a palavra dignidade forneceu noção de decência e respeito, ambos diretamente relacionado à honra da pessoa humana (NUCCI, 2009).

O referido vocábulo apresenta diversos significados, podendo indicar respeito e consciência do valor próprio ou até mesmo tutela aos princípios. Entende-se que, no contexto em que referida palavra foi inserida em nosso ordenamento jurídico, essa deva estar em conformidade com a mesma denotação conferida pela Constituição Federal (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

A Constituição Federal, que prevê a “dignidade da pessoa humana” como conceito unificador de todos os direitos fundamentais do homem que se encontram na base de estruturação da ordem jurídica (art. 1º, inciso II). Nesse sentido a dignidade não pode ser entendida como sinônimo de respeitabilidade ou aprovação social ou associada a um julgamento moral coletivo, mas sim como atributo intrínseco de todo indivíduo que decorre da própria natureza da pessoa humana e não da forma de agir em sociedade (Mirabete e Fabbrini, 2010, p. 384).

Conclui-se que a nova redação enfatiza o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e almeja sua concretização.

Ao realizar a tutela pela dignidade sexual dos indivíduos, ocorrerá a proteção de um dos vários atributos essenciais da dignidade da pessoa humana, uma vez que promoverá o desenvolvimento sadio da sexualidade, bem como resguardará a liberdade individual de vivenciar sua sexualidade sem que essa seja obstruída por variadas formas de corrupção, exploração ou por algum tipo de violência (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

Com a mudança legislativa, novos tipos penais foram introduzidos e tipos penais foram unificados. Porém, como aponta Mirabete e Fabbrini (2010), o legislador manteve, no conteúdo do Capítulo VI do Código Penal Brasileiro, dispositivos que consubstanciam formas de ultraje público ao pudor, tipificados nos artigos 233 e 234 do referido código. Esses dispositivos

continuaram preservando a tutela da moralidade pública e os costumes (NUCCI, 2009).

A Lei nº 11.106 de 28 de março de 2005 foi a responsável pela revogação dos artigos que tratavam dos crimes de sedução, rapto violento ou mediante fraude e de rapto consensual.

Com o advento da lei número 12.015 de 7 de agosto de 2009, os artigos dos crimes de atentado violento ao pudor e atentado mediante fraude, bem como os artigos que tratavam de formas qualificadas e da presunção de violência foram revogados (NUCCI, 2009).

Referida lei também foi responsável pela inserção dos artigos 217-A, 218-A, 218-B que tratam da tipificação dos referidos crimes: estupro de vulnerável, satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (NUCCI, 2009)

3.1 DO ESTUPRO

Tendo por base o Estatuto Penal Internacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia buscou definir o novo tipo penal em que não houvesse diferenciação quando a violência sexual fosse cometida contra pessoas do sexo masculino ou feminino. Dessa forma, muda-se a definição de estupro, e a conjunção carnal deixa de ser a única forma para o cometimento do crime (CHAIKOSKY, 2010).

Com o advento da Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009, foram promovidas alterações significativas na figura do estupro em nosso ordenamento jurídico. Antigamente, a conduta era tipificada pelo ato de constranger a mulher a realizar conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça (NUCCI, 2009).

Entendia-se por conjunção carnal o ato da penetração do pênis na vagina da mulher. Caso a penetração se desse de forma parcial, ou seja, se não houvesse a completa penetração do pênis do estuprador dentro da vagina de sua vítima, esse responderia apenas por tentativa de estupro ou pela prática de outro ato libidinoso. Conforme Nucci (2009) a expressão conjunção carnal possuía uma interpretação restritiva.

A mens legislatori, declara no relatório apresentado ao projeto de lei que originou a modificação, teria sido de harmonizar o texto legal com as disposições inseridas no Estatuto de Roma, referente ao Tribunal Penal Internacional, cuja definição de estupro inclui a violência sexual contra pessoas de ambos os sexos [...] Em sua concepção original, o vocábulo estupro (etuprum) compreendia qualquer concurso carnal ilícito [...] A mais marcante dentre as conseqüências resultantes da fusão dos artigos 213 e 214 reside em que o ato de constranger mulher, mediante violência ou grave ameaça, no mesmo contexto fático, a se submeter à conjunção carnal e a outro ato libidinoso [...] deixou de gerar concurso material de crimes, tornando-se crime único (ESTEFAM, 2009, p.31-32).

O Legislador, ao promover a unificação dos crimes de atentado violento ao pudor e estupro, passando a tipificar no mesmo artigo as duas condutas, fez com que o delito passa-se a ser considerado como crime comum, podendo ser praticado pelo homem contra a mulher, como pela mulher contra homem (ESTEFAM, 2009).

Passa a ser admitido, também a possibilidade de haver o ato de estupro praticado por uma mulher contra outra mulher e por um homem contra outro homem. Ou seja, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, da mesma forma que o sujeito passivo (NUCCI, 2009).

Sujeito passivo é qualquer pessoa. Não se exige qualquer qualidade especial para que seja vítima de estupro, não importando se se trata de pessoa virgem ou não, prostituída ou não, casada, solteira, separada de fato, viúva ou divorciada, velha ou moça, liberada ou recatada. Não há necessidade de que a vítima compreenda o caráter libidinoso do ato praticado. Basta que o ofenda o pudor médio e tenha conotação sexual para que se constitua o delito (JESUS, 2010, p. 128).

Conforme ensinamento do ilustre professor supracitado, entende-se que a vítima não precisa apresentar determinadas características como o fato de ser virgem, ou até mesmo de não ser prostituta para que caracterize a violência.

O Capítulo II tratou de regular os crimes sexuais contra vulneráveis, conferindo o sentido de que pertence a esse grupo toda pessoa com menor ou sem nenhuma capacidade de opor resistência à violência sexual.

Pessoa vulnerável é, primeiramente, a pessoa de até 14 (catorze) anos de idade, que por se encontrar em procedimento de formação de sua personalidade, passa a ser mais volúvel aos abusos sexuais e à exploração, consequentemente sofre de forma mais drástica os efeitos danosos causados por delitos de natureza sexual (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

Uma das principais preocupações do legislador ao elaborar a Lei nº 12.015, de 7-8-2009, constituiu em conferir aos menores de 18 anos especial proteção contra os crescentes abusos sexuais e a proliferação infantil e de diversas outras formas de exploração sexual. A repressão à exploração sexual do menor tem sido objeto de diversos tratados e convenções internacionais, tanto em razão da relevância do bem jurídico atingido por práticas dessa natureza, tanta em face da dimensão internacional que vem assumindo o tráfico de menores com fins sexuais (MRABETE e FABBRINI, 2010, p. 407).

A lei, em alguns de seus dispositivos, estabeleceu tratamento diferenciado para o menor de 14 (catorze) anos e ao maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos de idade. Pretendeu com isso, conferir respeito à liberdade sexual desse último grupo (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

A Convenção da ONU entende que toda pessoa até a idade de 18 (dezoito) anos seria criança, porém a legislação brasileira procurou respeitar a liberdade sexual das pessoas que possuíssem entre 14 (catorze) e 18 (dezoito) anos de idade (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2008).

Diante de tal fato o Código Penal afastou disciplinas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme esse último diploma ensina, a criança é todo aquele indivíduo que possui 12 (doze) anos incompletos e o

adolescente é todo aquele que possui idade superior a essa e inferior a 18 (dezoito) anos (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

Embora se possa falar em vulnerabilidade absoluta e relativa em relação aos menores de 18 anos, de acordo com aquelas faixas etárias, a lei não concedeu ao juiz margem de discricionariedade que permita aferir no caso concreto o grau de maturidade sexual do menor para aplicação dos diversos dispositivos legais (MIRABETE e FABBRINI, 2010, p. 407).

Acerca da qualificação dos vulneráveis, o doutrinador Jesus (2010) aponta os referidos aspectos: as vítimas vulneráveis são os menores de catorze anos, quanto a este grupo a lei procurou protegê-los de um início precoce na vida sexual, tutelando pelo seu amadurecimento progressivo e natural; aqueles que possuem alguma enfermidade ou deficiência mental que restrinja a sua capacidade de discernimento para a realização do ato também são considerados vulneráveis, aqui o objetivo da tutela jurídica reside em sua intangibilidade sexual; por fim, o dispositivo legal inclui no conceito de vulneráveis todos aqueles que não oferecem qualquer capacidade de resistência nesse caso, é, também, objeto de tutela a intangibilidade sexual.

Nucci (2009) mostra que a tipificação do crime estupro (artigo 213 do Código Penal) ou atentado violento ao pudor (214 do Código Penal) era realizada por extensão, ou seja, o artigo 213 ou 214 era combinado com o artigo 224 ambos do Código Penal.

Sob a luz da lei anterior, existia a figura da violência presumida, tipificada no revogado artigo 224 do Código Penal. Segundo ele, existia a presunção de violência quando a vítima se encontrasse em alguma das hipóteses previstas no mencionado dispositivo.

Mesmo que não houvesse violência real o sujeito deveria responder pela conduta prática como se estivesse agido com violência (HOSKEN, 2010).

A figura da presunção de violência se daria por ter ocorrido uma coação psicológica, diante do estado natural da vítima, de tal forma ocorreria a impossibilidade desta em compreender a gravidade do ato praticado (NUCCI, 2009).

Considerável parte dos doutrinadores suscitou discussões acerca da qualidade da presunção de violência. A principal crítica estava relacionada ao fato de tal presunção ferir o princípio fundamental da presunção da inocência, disposto no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal, que dispõe *in verbis*: “LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

“A comprovação da existência dos fatos imputados deve ser feita de modo legal, não havendo a obrigação do acusado em colaborar na apuração dos fatos fazendo prova contra si mesmo” (GOMES, 2001, p. 106-128).

Ou seja, como demonstra Hosken (2010), o já mencionado princípio da presunção de inocência implica que é de competência daquele que alega comprovar a culpabilidade do agente, bem como a existência dos fatos imputados.

Tendo como base os apontamos feitos no parágrafo anterior, Hosken (2010) defende que não seria possível realizar a presunção de violência, uma vez que a violência é um fato, portanto, é de competência do acusador demonstrar que essa existiu, bem como a culpabilidade do agente.

Porém, as discussões acerca de tal tema não se restringiram a esse tópico, pois a indagação sobre a qualidade da presunção de violência surgiu mediante a dúvida se seria a presunção de violência absoluta ou relativa.

Tal debate se dava, em particular, no contexto da idade, pois, quanto aos alienados em geral e pessoas com capacidade diminuída dependia-se, na maioria das vezes, de prova pericial. Em suma, a pessoa menor de 14 anos (com 12 ou 13 anos, por exemplo), mantendo-se relação sexual com maior de 18, teria sido vítima de estupro necessariamente? Fosse a presunção absoluta, a resposta seria positiva. Fosse relativa, dependeria de prova. (NUCCI, 2009, p. 34).

Almejando sanar tais indagações, o legislador cria o tipo penal autônomo do artigo 217-A do Código Penal. Referido dispositivo ganha a nomenclatura estupro de vulnerável. Com isso o incapaz de oferecer resistência a relação sexual ganha denominação própria: vulnerável (NUCCI, 2009).

Ao revogar o artigo 224 do Código Penal o legislador pretendeu dirimir possíveis dúvidas relacionadas à maturidade, conhecimento e experiência do menor de catorze anos em relação às questões sexuais (MIRABETE e FABBRINI, 2010).

Porém, o que se percebe é que a presunção foi inserida de forma tácita no novo dispositivo legal. Nucci (2009) relata que a nova redação não fala mais em presunção, mas realiza a reprodução do revogado artigo 224 no novo tipo penal do artigo 217-A, sem que haja a citação da expressão violência presumida.

[...] percebe-se claramente que o estupro de vulnerável não passa de uma nova forma de se chamar a presunção de violência, pois o delito pode acabar punindo pessoas que pratiquem condutas que não acarretem em efetiva lesão ao bem jurídico tutelado e o delito pode acabar sendo uma pena restritiva de direitos àqueles tutelados por essa norma (HOSKEN, 2010, p. 44).

Nucci (2009) aponta que a nova nomenclatura utiliza o termo *estupro de vulnerável*, que representa violação forçada no campo sexual. O novo tipo penal presume de forma tácita a violência na relação sexual cometida contra menores de catorze anos. Mesmo que essa relação se apresente de forma consensual, infere-se que o sujeito passivo não apresenta capacidade de oferecer resistência ao ato praticado, tampouco de avaliar de forma madura suas consequências.

O artigo 217-A promoveu a unificação dos atos sexuais, abrangendo a prática de qualquer ato libidinoso, como também a conjunção carnal, mesmo procedimento dado ao crime de estupro, como já fora abordado anteriormente.

Com a elevação da pena para reclusão, de oito a quinze anos, procurou o legislador sanar o problema pertinente na incidência do aumento determinado pelo artigo 9º da lei 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Tal discussão era baseada por suposto *bis in idem*, uma vez que na redação do artigo 9º da Lei dos Crimes Hediondos, deveria ser acrescido de metade a pena do artigo 213 (estupro) cominada com o artigo 214 (presunção de violência), quando a vítima estivesse inserida no artigo 224 do Código Penal. Com a nova tipificação, o estupro de vulnerável passa a ser tipo autônomo, sua pena é superior ao estupro comum e revoga-se a figura da violência presumida (NUCCI, 2009).

Por fim, ressalta-se que o crime de estupro contra vulnerável é crime hediondo, tanto na forma simples como em sua forma qualificada. Com a revogação do artigo 223 do Código Penal, que dispunha das formas qualificadas do crime, inseriu-se no artigo 217-A as qualificadoras, que serão aplicadas se a conduta resultar em lesão corporal de natureza grave, ou morte. No primeiro caso a pena passar a ser de 10 (dez) a 20 (vinte) anos, já no segundo caso, como a prática do ato provoca a consequência mais danosa, que seja a perda da vida da vítima, a pena a ser de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (NUCCI, 2009).

3.2 FORMA DE ABORDAGEM DA PEDOFILIA PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A palavra pedofilia “deriva-se do grego *paidophilos* e está relacionada à qualidade ou sentimento do pedófilo, aquele que gosta de criança” (TAQUARY, 2005, p.11-12).

O Estatuto da Criança do Adolescente não apresenta de forma expressa a denominação pedofilia, porém tal termo tem sido utilizado por conta de entendimento jurisprudencial, sem causar dano ao princípio da legalidade estrita (TAQUARY, 2005).

A pedofilia se refere, segundo Vieira e Santos (2007), à atração sexual de um indivíduo adulto por criança que encontra em fase pré-púbere, ou seja, em derredor da puberdade.

A Classificação Internacional de Doenças (CID-10), diz que a pedofilia trata de uma perturbação sexual qualitativa, reputada como transtorno de preferência sexual, dividindo-se os pedófilos em estruturados e oportunos ou ocasionais.

Kaplan afirma que a pedofilia trata de um distúrbio no grupo das parafilias, ressalta:

As parafilias caracterizam-se por fantasias sexuais específicas, necessidades e práticas sexuais geralmente repetitivas e angustiantes para o indivíduo. A fantasia especial, com seus componentes conscientes e inconscientes, constitui o elemento patognômico, sendo a excitação sexual e o orgasmo fenômenos associados. A influência da fantasia e suas manifestações comportamentais estende-se além da esfera sexual, invadindo toda a vida da pessoa. A excitação parafilica pode ser transitória em alguns indivíduos que expressam seus impulsos somente durante períodos de tensão ou conflito. As principais categorias de parafilias [...] são: pedofilia, exibicionismo, sadismo sexual, masoquismo sexual, voyeurismo, fetichismo, fetichismo travestita, frotteurismo, e uma categoria separada para outras parafilias sem outra especificação (zoofilia), um determinado indivíduo pode apresentar múltiplos distúrbios parafilicos (KAPLAN, 1997, p. 377).

Pode-se classificar o pedófilo como aquele indivíduo que gosta de crianças e de adolescente, geralmente até os 12, 14 anos de idade, sob um aspecto meramente sexual, com o advento da puberdade o pedófilo perde o interesse na criança ou no adolescente, que antes fora seu de objeto de desejo (KAPLAN, 1997).

Porém, se faz necessário ressaltar que existe o tipo não-exclusivo de pedófilo que se interesse tanto por crianças e adolescentes como por adultos (DUNAIGRE, 1999).

Ele sempre analisará os riscos, após realizar estudo prévio e constatar que as circunstâncias lhe são favoráveis, se sente seguro para a prática do ato. “Sempre levará em consideração fatores como a presença ou ausência de testemunha, uma possível denúncia pela criança, a suposta reação dos pais, parentes ou pessoas próximas, além de vingança comunicado à polícia etc” (DUNAIGRE, 1999, p. 16).

Esse procedimento envolve duração considerável de tempo. Pois o agente busca estabelecer relações com o ambiente que a sua vítima convive e através de mecanismos como conversas envoltas de linguagens infantis, presentes, demonstração pelo mesmo gosto de desenhos, esportes o pedófilo consagra sua aproximação com a vítima (DUNEIGRE, 1999).

A doutrinadora Moreira (2010) relata que o termo pedofilia inclui atitudes como a exposição de fotografias por meio da internet e a pornografia propriamente dita, por meio de atos sensoriais - nos casos que comportam o exibicionismo, linguagens sexualizadas, fotografias, filmes e exposição na internet -.

Como já foi apontado no 2º capítulo deste trabalho, a Lei nº 11.829 realizou modificações consideradas de extrema importância para o nosso ordenamento jurídico, proporcionando alterações nos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O tipo penal do artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica que realizará ato de pedofilia todo aquele realiza a produção, reprodução, direção, fotografia, filma ou registra por qualquer que seja o meio, cena de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. Ou seja, aqui não se pune aquele que esteja realizando o ato propriamente dito, mas, sim, aquele que busca realizar um dos seis verbos especificados no *caput* desse tipo penal.

O novo tipo também abrange aqueles que agenciam, facilitam, recrutam, coagem, ou de qualquer forma intermedeiam a participação de crianças e adolescentes nas cenas de sexo explícito ou de pornografia.

Incorre no mesmo dispositivo aquele que contracenar com crianças e adolescente, ressalta, no entanto, que somente será aplicado esse tipo penal quando a ação se restringir apenas ao ato de contracenar. Se o sujeito ativo obtiver relação direta por meio de sexo explícito ou pornografia deverá ser enquadrado no tipo penal do Título VI do Código Penal, pois compete a esse diploma disciplinar pelos delitos dos crimes contra a liberdade sexual dos indivíduos.

O artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente tratou de tipificar as condutas dos atos referentes à produção de material pornográfico envolvendo criança e adolescente. Referido artigo é de extrema relevância, uma vez que sem a produção de tal material seria impossível a existência do crime de pedofilia pela internet.

Já o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente além de promover o estreitamento de algumas das figuras mencionadas no artigo anterior do mesmo dispositivo legal, tratou de regular o ato de comercialização do material pornográfico como ato de pedofilia. Como especifica o próprio artigo, basta que haja a exposição, ou a comercialização do material por qualquer meio de registro para que se configure o delito.

O termo outro registro permite que a divulgação do referido material seja realizado mediante qualquer meio de comunicação, sejam por revistas, jornais, cartazes, englobando também a reprodução do material por meio da internet.

Taquary (2005) especifica que tal artigo visa proteger não apenas a dignidade sexual da criança e do adolescente, como também a sua imagem.

No tipo penal do artigo 241-A, buscou o legislador centralizar a conduta daqueles que promovem a divulgação de material pornográfico.

Nesse dispositivo, as penas são menores em relação aqueles culminadas nos artigos 240 e 241, isso se deve por entender que as condutas previstas nesses artigos ocasionam dano maior para os indivíduos afetados.

O artigo 241-A tipifica a conduta de todos aqueles que resguardam meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens.

O dispositivo especificado pelo artigo 241-B tratou de regularizar a punição daqueles que comprou, mantêm a posse ou guardam material pornográfico que envolva crianças e adolescentes.

Já o artigo 241-C, tratou de criminalizar a conduta daqueles que simulassem, adulterassem, montassem e modificassem fotografias, vídeos, ou qualquer outra forma de representação visual que envolvesse a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornografia.

Por fim, o artigo 241-E remete a todo ato de aliciamento, assédio, instigação e constrangimento que qualquer meio de comunicação venha a realizar contra a criança, almejando que essa venha a praticar ato libidinoso.

Por mais que se entenda a generalidade desse artigo, quando afirma que o ato pode-se dar mediante qualquer meio de comunicação, conclui-se que o legislador almejou enfatizar os crimes de pedofilia cometidos por meio da internet.

3.2.1 A pedofilia na internet

A guerra fria foi o ponto inicial do surgimento da internet. Ela era utilizada como arma militar para obter informações pelos nortes-americanos. A idéia central era de promover a interligação de todas as centrais de computadores dos pontos de comando estratégicos, prevenindo, assim, de um suposto ataque russo. Se um dos pontos fosse atacado, os demais poderiam continuar funcionando autonomamente, fornecendo informações aos demais pontos (MOREIRA, 2010).

Essa rede mundial é acessada por aproximadamente 15 milhões de brasileiros. Infelizmente muitos aproveitam o anonimato que esse mecanismo oferece para propagar material que contenha cena de sexo explícito ou pornografia com crianças e adolescentes (MOREIRA, 2010).

Pedofilia na internet está diretamente associada a transmissão desse tipo de material pela rede mundial de computadores.

A lei 11.829 promoveu alterações dos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, referida lei foi motivo de vastos elogios. Ela passou a punir com mais rigor a pornografia infantil na internet e esse deverá ampliar todos os

tipos de situações consideradas criminosas e a pena quem comete o crime de pedofilia na internet (MOREIRA, 2008).

Para muitos os pedófilos encontram-se em um verdadeiro paraíso e utilizam a internet como instrumento extraordinário para obter sua satisfação sexual (MOREIRA, 2010).

Esses indivíduos apresentam caráter compulsivo e obsessivo, características próprias de sua patologia, necessitando de procurar crianças e adolescentes para realizar os seus desejos (FILHO, 2008).

Acerca da atuação dos pedófilos via internet:

[...] evidencia os desvalores de uma sociedade deficitária em padrões éticos e morais, pois milhares de simpatizantes, por hoby e pra satisfação de sentimentos menos nobres ou até para dar vazão a sensações primitivas, visitam sites com teor doentio de cenas reprováveis com infantes, pois, desta forma, não existe a atuação de mecanismo inibitórios, já que sentem-se escudado pela obscuridade. (DAOUN, apud MOREIRA, 2010)

Não é suficiente apenas promover alterações legislativas, mas se faz necessário adaptar o legislativo à nova realidade. O uso da internet e as conseqüências de sua utilização como mecanismo deturpador de princípios devem ressaltar claras a todos aqueles que detêm o poder de legislar. Hoje o tráfego de imagens contendo cenas de sexo explícito ou pornografia infanto-juvenil na web constitui verdadeira teia inexpugnável, podendo ser comparada à outra semelhantemente repugnante: rede internacional de drogas (MOREIRA, 2010).

Acredita-se que a melhor forma de promover o combate à proliferação de materiais pornográfico com crianças e adolescentes seja por meio de uma profunda revisão nos princípios éticos da sociedade.

O uso responsável e consciente da internet respaldado pelo compromisso de manter a ética e em respeitar princípios basilares como o da dignidade da pessoa humana, demonstra que esse mecanismo pode ser utilizado como um espaço democrático.

Realizar a reflexão de qual efetivamente esta sendo o papel da internet é antes de tudo resguardar que no futuro ela não seja reconhecida como um instrumento facilitador de uma cultura que permite a satisfação sexual de adultos por crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

Sabe-se que o direito da criança e do adolescente teve como base duas teorias. A primeira foi denominada de situação irregular, que encontrou suporte teórico perante o Código de Menores, de Mello de Mattos. Ao passo que a segunda teoria – denominada de doutrina sócio- jurídica da proteção integral - solidificou-se com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990).

A concretização da doutrina sócio-jurídica em nosso ordenamento jurídico teve como pilares documentos internacionais de proteção aos direitos da criança e do adolescente, aos quais podem ser destacados a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra, em 1924 e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959.

E em 1990, com a realização do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, situação na qual o Brasil assinou a Declaração Mundial Sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, foi institucionalizado no texto constitucional os princípios básicos da doutrina sócio-jurídica da proteção integral.

Entende-se que essa doutrina visa romper o conceito existente de igualdade meramente formal, proporcionando as crianças e aos adolescentes uma atenção diferenciada, promovendo de tal sorte, uma igualdade material, garantindo a esse grupo um tratamento que promova o cumprimento de suas necessidades básicas visando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Com o advento da Lei nº 11.829 - aprovada mediante o Projeto de Lei nº 3.773 pelo Plenário da Câmara dos Deputados em onze de novembro de 2008 de autoria da CPI da Pedofilia realizada no Senado - mudanças significativas ocorreram no corpo da Lei nº 8.069 de 1990.

Em que pese a boa vontade do legislador em proporcionar a tipificação de condutas que estavam à margem da lei - ampliando os contornos de figuras típicas do crime de pedofilia -, alterando de forma relevante os artigos 240 e

241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verifica-se a existência de um conflito aparente entre o conceito do crime de pedofilia e o crime de estupro.

Muitos entendem que estupro e pedofilia tratam-se da mesma conduta, porém como foi demonstrado no presente trabalho, são ilícitos diferentes, regidos por leis distintas. O primeiro delito encontra suas diretrizes perante o Código Penal, enquanto o segundo terá respaldo perante a Lei nº 8.069 de 1990.

Sabe-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação especial destinada a proteger a dignidade, integridade física, psíquica e moral, bem como a honra objetiva e a liberdade sexual desse grupo.

Infere-se que o agente estará cometendo o crime de pedofilia toda vez que realizar alguma das condutas tipificadas nos artigos 240 a 241-D do referido Estatuto.

No entanto, quando o agente praticar o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ela se pratique outro ato libidinoso, deverá responder pelo crime de estupro – previsto no artigo 213 do Código Penal -.

E responderá pelo crime de estupro de vulnerável – artigo 217 – A do Código Penal - se o agente tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 (catorze) anos.

Para que um crime seja considerado pedofilia é necessário que esse esteja tipificado no Estatuto da Criança e do Adolescente, caso contrário terá a denominação que o Código Penal lhe confere.

Assim, visando esclarecer o conflito entre estupro e pedofilia, o melhor seria que o legislador incluísse na Lei 8.069 de 1990 um tipo correspondente ao estupro voltado especialmente para os casos em que crianças e adolescentes fossem vítimas desse tipo de crime. Tal fato proporcionaria uma proteção ampla e integral aos direitos desses, pois traria de forma especial e específica sujeitos que

dispõem de uma condição especial – são pessoas em desenvolvimento-, garantindo-lhes as devidas condições para o seu desenvolvimento saudável.

Fato esse, também provocaria uma organização sistêmica e mais coerente do ordenamento jurídico, uma vez que cabe à Lei 8.069 de 1990 agasalhar os direitos das Crianças e dos Adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues, MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso da criança e do adolescente**. aspectos teóricos e práticos. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. **Curso da criança e do adolescente**. aspectos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Azambuja, Regina Maria De Fay. **Violência Sexual Intrafamiliar: É possível proteger a criança?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BARBOSA, Camila de Lima. **Uma Análise da Doutrina da Proteção Integral e a Proposta Reducionista da Idade Penal**. 2009. 66 f. Monografia (Graduação) – Direito – FAJS, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.697/1979. Institui o Código de Menores. Diário Oficial da União de 11.10.1979.

BRASIL/ Lei nº 2.848 de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em: 05 de maio de 2011.

BRASIL/Lei nº 11.829 de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm> Acesso em: 10 de outubro de 2010.

CANTO, Luciana Soares. **O crime de pedofilia na internet**, 2009. 51 f. Monografia (Graduação) – Direito, FAJS, Centro Unificado de Brasília, Brasília, 2009.

CAVALLIERI, Alyrio. **Direito do Menor**. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1993.

CHAIKOSKY, Ana Cláudia. **Considerações Sobre a Lei nº 12.015 de 2009**. 2010. 50 f. Monografia (Graduação) – Direito, FAJS, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, 2010.

CONDACK, Cláudia Canto, Maciel, Kátia (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CUNHA, Jeni. A criança vítima de violência. In: MACHADO, Carla e Gonçalves, Rui Abrunhosa (Org.). **Violência e vítima de crimes**. São Paulo: Quarteto, 2002.

CURY, Munir. SILVA, Antonio Fernando de Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. Comentários jurídicos e sociais. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DANTAS, Ana Florinda. **O controle do poder familiar quanto à pessoa do filho**. In: Temas atuais de direito e processo de família. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

DO CARMO, Rui. **O Abuso sexual de menores**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2006.

DUNAIGRE, Patrice. **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, Edições UNESCO, Brasil.

ESTEFAM, André. **Crimes sexuais – comentários à Lei nº 12.015/2009**. São Paulo: Sariva, 2009.

GOMES, Luis Flavio e outros. **Comentários à reforma criminal de 2009 e à Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados**. São Paulo: RT, 2009.

HOSKEN, Raphael Castro. **Análise Crítica do Estupro e Da Ação Penal Deste Crime Após a Lei nº 12.015/2009**. 2010. 66 f. Monografia (Graduação) – Direito, FAJS, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, 2010.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KAPLAN, H. I. **Compêndio de psiquiatria: Ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médias, 1997.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7 ed. rev. e ampl., de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406/2002). São Paulo: Malheiros, 2003.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: Manoele Ltda, 2003.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e adolescente: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Lumen Juris, 2006.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Das necessidades aos direitos**. Tradução de Ângela Maria Tijiwa, prefácio de Antonio Games da Costa. São Paulo: Hucites/Inst. Airton Senna, 1994.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal, vol. 2: parte especial, arts. 121 a 234- B**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, Patrícia Pereira. **Uma análise da doutrina sócio-jurídica da proteção integral e a influência da mídia televisiva no desenvolvimento da criança e do adolescente**. 2007. 64 f. Monografia (Graduação) – Direito, FAJS, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, 2007.

Moreira, Ana Selma. **Pedofilia: aspectos jurídicos e sociais**. São Paulo: Cronus, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson; MACHADO, Martha de Toledo. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Novo Código Civil à luz da Constituição Federal: Princípio da Especialidade e Direito Intertemporal**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://jij.tj.rs.gov.br/jijsite/docs/DOCTRINA/NELSONMARTHA.HTMA>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra a Dignidade Sexual: comentários à lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

O'DONELL, Daniel. **A convenção sobre os direitos da criança: estrutura e conteúdo**. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto alegre. IBDFAM, v.1, abril/junho, 1999.

PAIVA, Denise. **A experiência dos conselhos tutelares no Brasil**. Disponível em: <http://www.riosolidaria.org.org.br/docs/ficheros/200410050007_87_0.pdf> Acesso em: 3 de novembro de 2010.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da Criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RANGEL, Patricia Calmon. **Abuso Sexual: intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá, 2001.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre Pedofilia**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF>>. Acessado em: 05 de agosto de 2010.

SARAIVA, João Batsita Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral. Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Poder constituinte e poder popular: estudo sobre a constituição**. São Paulo: Malheiros, 2000.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. **Dos Crimes Contra os Costumes**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.

TOCCI, Anna Carolina. **Aspectos da doutrina sócio-jurídica da proteção integral**. 2001. 43 f. Monografia (Graduação)- Direito, FAJS, Centro Universitário de Brasília - Uniceub, 2001.

VIEIRA, Tereza Rodrigues e SANTOS, Thiago Borba dos. A pedofilia à luz do direito e da psicologia. **Revista Jurídica Consulex** (ano XI - Nº 242, páginas 12-13, fevereiro de 2007).